

Nó fiscal e união política

* 5 JUN 1993

TASSO JEREISSATI

Não é de hoje que insistimos numa tese, agora quase consensual: o nó da crise brasileira é político. Não há no país um partido ou uma aliança capaz de propor e bancar um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Temos uma fragmentação partidária refletida nos 19 partidos representados no Congresso, pregando soluções dispersas, enquanto o país patina sobre seus problemas e a crise se aprofunda.

O PSDB, que sempre pregou o diálogo entre os partidos políticos, agora, mais do que nunca, considera indispensável um entendimento. Este acordo político deve ser feito em torno de pontos fundamentais para a estabilização da economia — uma prioridade do Governo — de modo a atacar a inflação nas suas raízes. Todos nós participamos do Governo Itamar Franco, mas nenhum de nós pode se arvorar em dono do Governo. Afinal, este é um Governo atípico, resultado de uma união partidária que levou o Governo Collor à derrocada.

Já se tornou cansativa a repetição de que a melhor política social é a estabilização da economia, e que o pior impos-

to, o mais injusto, é a inflação que taxa mais cruelmente os mais pobres, que não têm acesso à proteção do mercado financeiro. É preciso mudar esta realidade pois as políticas sociais compensatórias não passam de paliativos. Elas são apenas tentativas de devolver ao miserável aquilo que lhe foi retirado na forma de imposto inflacionário. A sociedade espera, há anos, que sejam superados entraves para um combate efetivo à inflação. Mas o país tem pressa. Somos um dos últimos países do mundo ainda a conviver com taxas anuais de inflação de 2.000%.

A prioridade a ser dada à estabilização não significa, entretanto, que a população brasileira tenha que voltar a conviver com o controle de preços. O principal item da agenda econômica — confirmado por todas as correntes de economistas — é a arrumação das finanças públicas. Há um buraco negro nas contas do Governo e sem que isso seja sanado não há política de estabilização que perdure. A tão famosa reforma fiscal deve ser feita no dia-a-dia. Com vontade política, pode-se mudar hábitos viciados na gestão do dinheiro público; com clareza de objetivos é possível reduzir desperdícios e organizar

as prioridades na aplicação dos recursos públicos.

A mudança mais importante neste momento é o fortalecimento das nossas instituições que tratam da política fiscal e monetária. Isso permitirá a recuperação do crédito público e da moeda nacional. O caminho é trabalhar pela independência do Banco Central às pressões políticas e restabelecer a eficiência na área fiscal, tanto no combate à sonegação quanto nas práticas orçamentárias, tornando-as menos vulneráveis a interesses políticos ou pessoais.

A união política é fundamental para desatar o nó fiscal. Afinal, o déficit público, o desajuste de bancos estaduais e outros tantos exemplos de descontrole das contas públicas, na maioria dos casos, são resultado de acomodação de pressões políticas. O ministro da Fazenda do Brasil para ter sucesso na busca da estabilização precisará estancar a emissão desta moeda política. Para isso, necessita do apoio de todos. É hora de reverter de uma vez por todas a idéia de que a responsabilidade sobre a inflação é exclusiva dos ministros da área econômica. A queda da inflação depende da atuação de todos — ministros, governadores, políticos e sociedade.